

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**TURISMO COMUNITÁRIO: MEMÓRIA, AMBIENTE, HISTÓRIA E CULTURA
DA ILHA DIANA EM SANTOS**

RENATO MARCHESINI

Orientador: Dr. André Barcelos Damasceno Daibert

JULHO / 2002 – POLO SANTOS

1.0 APRESENTAÇÃO

O bairro “Ilha Diana”, localiza-se na área continental do município de Santos, no litoral do estado de São Paulo. Trata-se de localidade rural, onde há predomínio de comunidade tradicional caiçara, a qual sofre influência de costumes urbanos. Neste contexto, verifica-se choque cultural, o que faz com que a população adote estilo de vida alheio ao habitual, distanciando-se, assim, de sua cultura ancestral.

O projeto tem como proposta identificar meio para garantir e salvaguardar a preservação das tradições locais por meio do turismo comunitário. Onde a história amplia e aprofunda nossa compreensão da comunidade.

O trabalho de coleta de dados com a utilização da história oral consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea. Um acontecimento ou uma situação vivida pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado (Alberti, 2003).



Ilha Diana – Santos SP

Foto de Renato Marchesini

2.0 PROBLEMATIZAÇÃO

Através de visitas técnicas e o convívio com a comunidade da Ilha Diana de entorno de 2014 moradores, verificou-se o potencial do local para a recepção do turismo étnico (histórico/cultural/ambiental). E a necessidade da capacitação dos monitores de turismo para receptivo do local.

Propõe-se a realização de estudo de caso (YIN, 2015) sobre o gerenciamento de Turismo Comunitário em uma localidade situada em um destino costeiro – Santos (SP). No contexto desta área de abrangência, é proposta a realização de sessões de observação participante (COSTA, 2007; ALBERTI, 2003). É proposta, ainda, a realização de pesquisa bibliográfica (revisão bibliográfica sistemática), pesquisa documental, a aplicação de entrevistas pessoais semiestruturadas e grupos focais enquanto técnicas de coleta de dados (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; CRESWELL, 2010).

Apesar da influência dos centros urbanos próximos, Ilha Diana é uma das poucas comunidades da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), onde os traços da cultura caiçara ainda podem ser observados nas técnicas e artefatos (apetrechos) utilizados na pesca e na convivência com os recursos naturais (ICHIKAWA; SANTOS, 2006; NASCIMENTO, 2019; SOUSA; CARDOSO; LEAL, 2013; GINZBURG, 2013).

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural (ICOMOS, 2018) aponta as necessidades:

- Torná-lo mais acessível às comunidades de acolhimento e aos visitantes.
- Promover e gerir o turismo no respeito e valorização do patrimônio e das culturas vivas das comunidades de acolhimento.
- Compreender a importância e a fragilidade dos conjuntos patrimoniais, dos acervos culturais e das culturas vivas, com o objetivo de preservá-las, a longo prazo.
- Estratégias que integrem a apresentação e a interpretação dos conjuntos patrimoniais, no contexto da sua proteção e da sua conservação.

Uma das vertentes que observaram o turismo como uma oportunidade de incremento de suas atividades é a do patrimônio cultural, reconhecendo a atividade turística como possibilidade de auxiliar na proteção deste, através da geração de divisas (DAIBERT, 2009).

O autor implementou programa de qualificação profissional voltado aos moradores da localidade em questão. Foi feito curso de formação de monitores para atuação no turismo em outubro de 2014, financiado pelo terminal portuário da Embraport, junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama) como parte do processo de licenciamento ambiental e apoiado pela Prefeitura Municipal de Santos para um grupo de 22 moradores e carga horária de 48 horas.



Ilha Diana – Santos SP

Foto de Renato Marchesini

Estes profissionais, cuja atuação é formalmente reconhecida pelo Ministério de Turismo (MTUR) por meio da Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014, são essenciais no zelo pela experiência do visitante. No dispositivo, consta que a “atividade de Guia de Turismo não se confunde com o exercício das atividades de condutor de visitantes em unidades de conservação federais, estaduais ou municipais e de monitor de turismo” (art. 8º).

Perante os visitantes, os monitores são os representantes da idoneidade e qualidade do atrativo turístico, cabendo a eles portanto, zelar pelo nome do mesmo, pois na condição de representantes, qualquer mau serviço será de imediato atribuído ao atrativo turístico, que obviamente não partilhará da culpa. Por outro lado, todo o reconhecimento favorável ao trabalho do condutor, o que refletirá sobre o atrativo turístico de maneira positiva

A capacitação teve por objetivo preparar o morador para o acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, durante o percurso, adotando todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução de um roteiro que traduza o modo de vida desta comunidade.



Capacitação do dia 28/10/2014.

Foto de Caiçara Expedições

Funari e Pinsky (2003) afirmam que todas as movimentações implicam em contato humano e cultural, trocas de experiências entre os viajantes e a população local, parecendo ser essa a essência do turismo.

Estes questionamentos trazem a ideia que se quer apresentar é a de que não é o que se vê, mas como se vê, que caracteriza o turismo cultural.

O turismo cultural efetiva-se quando da apropriação de algo que possa ser caracterizado como bem cultural. Um conjunto de bens com suas características únicas e particulares, geralmente associado a lugares específicos, forma o patrimônio cultural (FUNARI e PINSKY, 2003).

A metodologia de ensino da capacitação foi trabalhada através de aulas expositivas, dramatizações, estudos de caso e proposta coletiva de enfrentamento da questão (articulação de saberes e potencialidades), dinâmicas e demonstração prática e técnicas, trabalhos em equipe e visita técnica em outras comunidades.

Quadro 1: Ementa e Cronograma de Capacitação

DIAS	CONTEÚDO	CARGA HORÁRIA
1	Apresentação Curso e Participantes, Avaliação de Necessidades e Expectativas e Dinâmicas	03h00 horas
2	Explorando Oportunidades + Elaboração de Roteiros e Oficinas	03h00 horas
3	Turismo com Base Comunitária	03h00 horas
4	Comunidade Caiçara (resgate e a proteção do patrimônio histórico-cultural)	03h00 horas
5 e 6	História e Memória da Ilha Diana	06h00 horas
7 e 8	Mata Atlântica: Foco em Estuário e Manguezal / Flora e Fauna	06h00 horas
9 e 10	Intercâmbio/Vivência: Ir para outra Comunidade que desenvolve Turismo com Base Comunitária	06h00 horas
11	Explorando Oportunidades + Elaboração de Roteiros e Oficinas	03h00 horas
12, 13 e 14	Condução de Grupos / Atendimento	9h00 horas
15 e 16	Roteiro Piloto e Considerações	06h00 horas
		TOTAL: 48 horas

Fonte: Elaborado pelo autor.



Capacitação do dia 30/10/2014.

Foto de Caiçara Expedições



Capacitação do dia 04/12/2014.

Foto de Caiçara Expedições

3.0 JUSTIFICATIVA

O turismo comunitário vem a ser uma opção de atividade para a comunidade pesqueira, permitindo-lhes trabalhar no ecossistema local e em seu próprio espaço, divulgando suas tradições, conhecimentos e tão rica cultura caiçara.

O turismo comunitário diz respeito a atividades e serviços ligados a comunidades que recebem visitantes. Muito mais que um segmento de turismo, o turismo de base comunitária é visto como uma ferramenta ou um instrumento de organização das comunidades, que exige que as famílias se envolvam de forma ativa em todas as etapas do trabalho: no planejamento, na execução, na avaliação e no monitoramento das atividades (MARCHESINI, 2012).

Segundo o WWF-Brasil (2001), conforme citado por Vitae Civilis & WWF-Brasil (2003, p. 23), “o turismo deve respeitar os direitos, desejos, valores e experiências dos locais e prover a oportunidade para que amplos setores da comunidade contribuam nas decisões e nas consultas sobre o planejamento e administração do turismo. Devem ser consideradas tradições locais nas construções e o conhecimento e a experiência das comunidades locais em manejo sustentável dos recursos, buscando maximizar os benefícios para as comunidades, promovendo o recrutamento, treinamento e emprego de pessoas do lugar”.

Trata-se do esforço da reorientação da experiência turística, trocando a massificação por uma vivência autêntica, mais próxima da realidade local (tanto da comunidade, quanto dos espaços,

significados por seus usos tradicionais). Reside aí a essência do turismo comunitário, prática da visitação intencional à “alma” do lugar e das pessoas que o habitam. (SANTOS, 2010, pg. 127).

Carlo Ginzburg (2019), acredita que a história, com uma relação específica com o passado, sugere alguns elementos que são parte de nosso legado cultural, e que devam ser preservados. A memória é constantemente remodelada assim a memória nos fornece instrumentos que estão sempre abertos a rejeição, mas essa é a parte científica deles. E esses instrumentos possibilitam a confirmação de dados e de memórias.

Quando se fala sobre Preservação da Memória e Patrimônio Histórico, automaticamente somos direcionados a um conceito de identidade, seja ele cultural, social, econômico, artístico ou até mesmo religioso. Desta forma, segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1990), a memória acaba por estabelecer um vínculo entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha. Esse vínculo que se torna afetivo, possibilita que essa população passe a se enxergar como sujeitos da história, que possuem assim direitos como, também deveres para com a sua localidade.

Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva, são, conforme Pollak (1992), em primeiro lugar, os acontecimentos vividos pessoalmente e, em segundo lugar, os acontecimentos que ele chama de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se deles participou ou não.

Segundo RODRIGUES (2017), a história é uma análise crítica do passado e um estudo do presente a partir do passado. Fazer história é um trabalho intelectual. Mais que tentar restaurar memórias tem que criticar as fontes que usa, entender como foi usada, utilizar teorias e realizar interpretações do passado. Muitas vezes o trabalho do historiador acabam deslegitimando algo construído pela memória. A História não é apenas o registo dos acontecimentos mais importantes e a memória dos heróis e personalidades. A História é também o registro das pessoas anônimas, daqueles ditos sem história. No mais ambígua separação de conhecimentos e saberes. Memória e história são coisas diferentes, mas dialogam e uma pode ser a fonte para a outra.

É pertinente afirmar que o turismo comunitário tende a fortalecer vínculos, ajudar a mudar a imagem que as pessoas – residentes e visitantes – têm da cidade e da comunidade e pode colaborar para a manutenção da qualidade de vida da população local, uma vez que atrai investimentos e propicia o consumo no local. Nesse sentido poderá, inclusive, estabelecer novas

relações e fortalecer relações comunitárias já existentes e a aplicação deste modelo em outras comunidades semelhantes. Na teoria pode até parecer fácil, mas é muito complexo, pois envolve muitas pessoas, desejos, ansiedades, expectativas, perseverança... Mas isso tudo deve ser sempre dialogado e planejado de forma holística e sustentável. (MARCHESINI, 2018).

Costumo dizer que o Turismo Comunitário é um Turismo Transformador “transforma quem recebe e transforma quem visita”.

4.0 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da projeto de intervenção proposto é identificar meio para garantir e salvaguardar a preservação das tradições locais por meio do turismo comunitário.

O turismo e a cidadania podem ser intimamente relacionados quando a comunidade anfitriã for suficientemente preparada para estar consciente do seu papel de agente de proteção do patrimônio e quando, nas viagens, além de conhecer outras realidades, é oferecida adequadamente ao turista a possibilidade de perceber e valorizar a diversidade cultural brasileira. Nesse processo a interação com as comunidades envolvidas na preservação de seus bens culturais é imprescindível, tanto para a fruição do passeio, quanto para o crescimento do “cidadão turista”. A cidadania só se constrói com o reconhecimento e o respeito pelas muitas expressões culturais e formas de viver e pensar o mundo que podem ser encontradas nas viagens bem planejadas. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural presente em toda parte – dos vestígios pré-coloniais até as manifestações populares de hoje em dia – passa a ser entendido não simplesmente como mercadoria de consumo para o turista, mas como fonte de reflexão sobre sua própria posição no mundo e sobre os rumos da nossa sociedade contemporânea. A cultura, como componente central de estímulo aos deslocamentos, torna-se importante instrumento de formação de uma cidadania crítica e de conscientização social (RESENDE *et al.*, 2019).

O olhar para si, sob essa perspectiva, significa também olhar para o outro, olhar para fora, reconhecer as diferenças socioculturais, compreender que é possível viver de formas distintas e conviver. Na contramão do mundo em que vivemos, o patrimônio não está sob o domínio do efêmero e do imediato, mas resulta do acúmulo e da experiência. Nele se funde o nosso melhor como cidadãos e, se soubermos alcançar a amplitude dos seus significados, neles estarão muitas das nossas chaves para encontrar uma forma particular para o nosso projeto de desenvolvimento (CAU/SP, 2018).

5.0 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste projeto de intervenção são: apresentar diretrizes-chave para programas de visitação a comunidades tradicionais enquanto bases para políticas públicas voltados a promoção e ao desenvolvimento socioambiental; e propor bases conceituais para o estabelecimento de modelo(s) gestão de destinos turísticos costeiros com foco na conservação do patrimônio material e imaterial.

E quanto trabalhamos a construção social de uma comunidade, é natural que se busque resgate de suas memórias. Assim Ricardo Costa (2019), cita que “Um dos fenômenos mais trágicos das sociedades pós-modernas é a ausência (ou perda) da memória, seja ela individual ou coletiva.

O Bens Culturais / Patrimônio Cultural é uma importante chave política e social de reconhecimento e proteção de elementos culturais das diversas formas de existir que constituem cada canto e cada espaço e que dizem respeito às suas memórias e vínculos de identidade. Entendo que Bens Culturais / Patrimônio Cultural é uma metáfora para um assunto maior que é a civilização.

É preciso olhar para este patrimônio (bem cultural) como um recurso mobilizador, como ele de fato é, não apenas da economia dos serviços do turismo ou da reabilitação urbana, mas como força capaz de nos apresentar contrapontos para olhar com mais senso crítico e lucidez à nossa volta (IPHAN, 2018).

As entrevistas, como toda fonte histórica, são pistas para se conhecer o passado. As pistas são relatos do passado (Alberti, 2003). O relato do entrevistado é a fonte riquíssima de dados na entrevista. A partir de suas histórias, narrativas, falas ou depoimentos, o fenômeno será revelado da forma como experiência do para que o pesquisador se utilize de sua experiência vivida para compreender o objeto de estudo que a história da Ilha Diana.

6.0 REVISÃO DA LITERATURA

A coleta de dados na memória oral acontece de forma principal e primária a partir da fala do entrevistado. Essa fala é captada essencialmente por meio da entrevista conduzida pelo pesquisador e ganha senso de realidade a partir das histórias que serão reveladas pelos entrevistados. Para além do áudio e imagem captados a partir da entrevista, imagens, documentos e registros históricos também podem ser utilizados como fonte de coleta de dados para a história oral.

Segundo o teórico Maurice Halbwachs (HALBWACHS *apud* Leal, 2012, p.1), a memória individual existe a partir da memória coletiva. Para ele, todas as lembranças individuais são construídas no interior de um grupo social. Dessa forma, a “memória individual não está isolada.

A memória individual aproveita-se da memória dos outros para lembrar situações, tendo em vista uma base comum: um emaranhado de experiências vividas ao mesmo tempo pelas pessoas envolvidas diretas e indiretamente em um fato. Logo, as memórias coletiva e individual estão interligadas na medida em que ambas estejam inseridas em determinado grupo para que o mesmo episódio possa ser comum aos seus membros (SOUSA; CARDOSO; LEAL, 2019).

Há necessidade de que o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e de noções comuns aos diferentes membros da comunidade social. Esse fundo comum, essa dimensão intersubjetiva e sobretudo grupal entre eu e os outros especifica, diz-nos Halbwachs (2019), a memória coletiva.

Na histografia e narrativa do século XX e XXI, na era da globalização e possível acreditar no avanço na implantação de políticas que visam a Preservação do Patrimônio Cultural do Brasil e a convivência com a Atividade Turística desde que seja de gestão participativa e atividade pautada na sustentabilidade dos destinos, lugares, cultura e valores.

Entrevistas de história oral são baseadas na memória, e a memória é um instrumento subjetivo para gravar o passado, sempre moldada pelo momento presente e da psique individual. Por isso, cada entrevista é uma experiência única (Truesdell, 2019).

De modo geral, as propostas (turismo e memória) se conversam e pode-se dizer que a cultura permeia todos os segmentos de turismo, uma vez que o turista é atraído pelo diferente, pelo novo, pelo característico, desde que lhe sejam garantidos conforto e segurança. Já se disse mesmo que o turismo é um *transe cultural*. Qualquer que seja o motivo da viagem, haverá sempre um elemento cultural a ser consumido dentre toda a produção associada ao turismo: a gastronomia, a arte, o artesanato ou outros produtos locais, as paisagens naturais e culturais do receptivo, suas festas e celebrações, a música ao vivo nos bares e a cultura viva presente nas ruas.

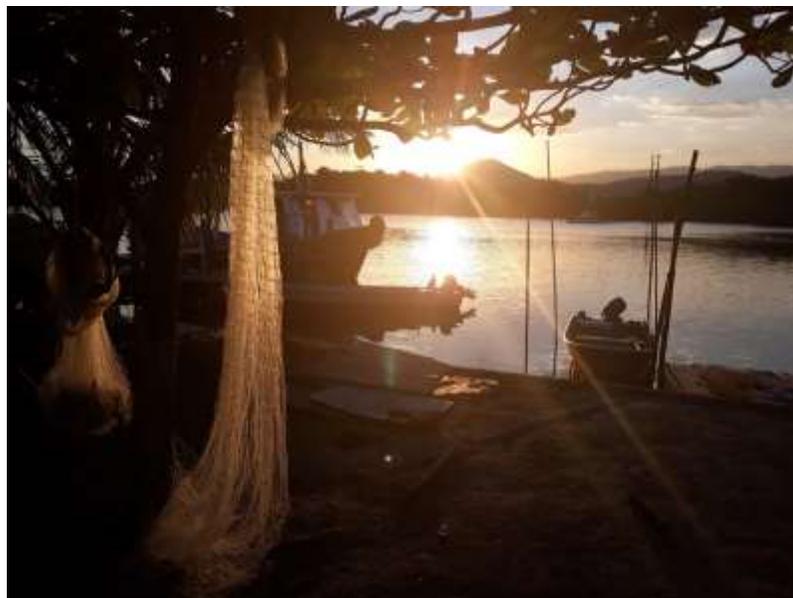
“Chamamos os turistas a assumir a responsabilidade por suas escolhas de viagem através de atitudes como: respeitar as comunidades de acolhimento a sua cultura; usar conscientemente os recursos locais limitados; apoiar a economia local e, acima de tudo respeitar os direitos humanos.” (Art. 4.6; 2017) Berlin *Declaration Transforming Tourism*.

7.0 PESCANDO NOVOS HORIZONTES (METODOLOGIA / PLANO DE AÇÃO):

O turismo constitui, sem dúvida, uma das principais vias de desenvolvimento baseadas no patrimônio cultural e ambiental. Porém, ao mesmo tempo que é um forte aliado, o turismo pode ser um risco para o patrimônio. Por isso é preciso que seja trabalhado com muita responsabilidade e com participação social.

A partir da experiência obtida junto à comunidade da “Ilha Diana”, mencionada anteriormente, verificou-se que o trabalho conjunto e o monitoramento das atividades de recepção de visitantes proporcionou o amadurecimento dos integrantes do sistema de turismo receptivo local, bem como da comunidade como um todo para o acolhimento de turistas, cuidando para os mesmos pudessem vivenciar uma experiência genuína do modo de vida caiçara (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992; FUNARI; PINSKY, 2004).

Pela experiência profissional e docente do proponente, é patente que muitas pessoas não conhecem a “Ilha Diana”, desconhecem as riquezas do local, assim como não valorizar percebem valor em tais tradições. Assim, a visitação à comunidade permite testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, modos de vida ou outros aspectos da história e cultura contemporânea; e, principalmente, nestes espaços (tradicionais e de periferia) que por muitas vezes são excluídos da história e de projeções futuras.



Novos Horizontes / Visita do dia 25/06/2019.

Foto de Renato Marchesini

A comunidade deve ser planejada em termos de finalidade, construção, segurança, conservação, manutenção e capacitação, requer estudo técnico do local e da destinação do seu uso. Não podemos ignorar que o turismo sustentável está regido por regras e condutas conscientes que orientam o uso e/ou manejo dessas áreas, e que deste produto final interessa ao morador e ao turista não só o atrativo propriamente dito, mas principalmente no prazer, hospitalidade e superação de expectativas.

É esperado que os resultados deste projeto, possibilite a compreensão de uma comunidade tradicional enquanto parte integrante e indissociável da sociedade como um todo. Deste modo, um possível desdobramento desta investigação é a popularização desta localidade enquanto um destino para a prática de turismo e lazer em contato com o ambiente natural e as tradições culturais locais (BERLIN, 2017; MARCHESINI; CRUZ, 2012; MARCHESINI, 2018).

O projeto, busca promover o contato mais estreito entre os visitantes e visitados, possibilitando a valorização da comunidade e a autoestima dos moradores, gerando benefícios, constituindo como importante instrumento social, conservacionista e econômico.

Entender uma comunidade é entender também a nossa sociedade e a nós mesmos, é problematizar o cotidiano que nos cerca, é questionar, afinal, como nos constituímos como grupo social e o que faz de uma comunidade, comunidade. A hipótese mais plausível é que nossa lógica social é construída pela identidade, pela memória e por nossa maneira de entender os símbolos culturais e ambientais.

Nas particularidades da Memória e da História, é importante mencionar que embora apresentem espaços de saber diferenciados, uma pode não se contrapor à outra. Os estudos mais recentes propõem que a interação entre Memória e História é passível de enriquecer os dois polos. Entretanto, seja para apresentar as possibilidades de confluência, seja para apartá-las, ao falarmos da relação homem/tempo é imperiosa a reflexão da Memória e suas relações com a História. A memória individual aproveita-se da memória dos outros para relembrar situações, tendo em vista uma base comum: um emaranhado de experiências vividas ao mesmo tempo pelas pessoas envolvidas diretas e indiretamente em um fato. Logo, as memórias coletiva e individual estão interligadas na medida em que ambas estejam inseridas em determinado grupo para que o mesmo episódio possa ser comum aos seus membros.

A memória está, portanto, entre o real e o imaginário, entre o momento e o passado. As memórias dos moradores admitem uma série de reflexões que estão relacionadas à forma como a

comunidade concebe o papel da memória. Qual a posição do historiador e da história, a verdade absoluta e o caráter científico atribuído à escrita? Além disso, possui uma estrutura que permite o entrecruzamento de várias narrativas, constituindo uma arena de conflitos.

Ao confrontar-se continuamente com o passado e o presente, a história estabelece uma próxima relação com a memória que se tem do passado. Os diversos estudos historiográficos, por meio de seus métodos e problemas, propiciam ao historiador aproximar-se do registro da história com o auxílio da memória individual ou das diversas e diferentes memórias coletivas.

Desta forma, para uma nova fase ou horizonte (nova intervenção), vislumbra-se a execução do presente projeto de pesquisa, o qual se mostra capaz de agregar valor à vida daquela comunidade por meio de uma nova intervenção fundada em valores como a proteção da memória e da história locais.

Existe a necessidade da busca incansável do conhecimento das memórias, realidades de comunidades tradicionais e de periferias, principalmente com os mais velhos destas comunidades através da história oral, desta forma valorizando estas pessoas e local, trabalhando no compartilhamento destes saberes e focando o empoderamento local e regional.



Novos Horizontes / Visita do dia 27/06/2019.

Foto de Renato Marchesini

O projeto pretende realizar uma primeira reunião inicial com o convite a toda comunidade e as pessoas que convivem ou conviveram com a mesma, assim explicando o projeto e escutando as sugestões dos mesmos, e posteriormente agendamento reuniões com entrevistados selecionados a cada 20 dias aproximadamente, por um período de 2 anos

Outro dos resultados esperados reside na realização e documentação de reuniões entre/com os atores da comunidade e as pessoas que convivem ou conviveram com a mesma, assim explicando o projeto e escutando as sugestões dos mesmos, e posteriormente agendamento reuniões regulares ao longo da execução deste projeto.

Faz-se necessário o esclarecimento para o entrevistado do projeto de pesquisa (tema e objetivo) para que ele compreenda a finalidade dos registros da sua fala. No início da gravação o entrevistador deverá registrar no áudio o local, data e o nome do entrevistado. A autorização do entrevistado para utilização das falas e divulgação dos resultados da pesquisa poderá ser gravado ao final da entrevista ou preenchido como documentação escrita.

Um longo processo de planejamento antecede a entrevista em si, que inclui as etapas de elaboração do projeto e do instrumento de coleta de dados (roteiro), a seleção das pessoas a serem entrevistadas, o agendamento do dia e do lugar, aquisição de equipamentos de áudio visual, a criação das autorizações de imagem, voz e do uso dos depoimentos.

A título de exemplo, durante estas reuniões, que serão descritas em protocolo de pesquisa, serão aplicadas entrevistas pessoais semiestruturadas e realizadas sessões de grupo focal. Nestas ocasiões, serão feitos questionamentos como os seguintes: quantos anos vive ou convive na comunidade, idade, árvore genealógica, atividade atual, as lembranças da comunidade, os episódios, os períodos da vida (infância, adolescência etc.), arquitetura, gastronomia, fauna e flora, atividades culturais, esportivas, lazer, religiosas e profissionais.

O tempo de duração da entrevista é um aspecto importante a ser cuidado. No caso da entrevista oral temática, o tempo demandado não deve ser muito longo, uma vez que existem questões que delimitam o foco da entrevista. Para Freitas (2002), independentemente do tipo de história oral utilizado, as entrevistas não devem passar das duas horas e caso seja necessário uma complementação da entrevista que seja agendado em outro dia.

Após a realização das entrevistas são realizadas as transcrições e conferências. A transcrição, completa ou parcial, é a etapa do processo de história oral que corresponde à mudança do estágio da gravação oral para o escrito (ICHIKAWA; SANTOS, 2006).

Na construção da análise, analisaremos as diversas ideias do que é a Ilha Diana, a partir da visão dos moradores, parceiros e visitantes, com as bases teóricas, documentais que orientam a discussão sobre a construção de identidades sociais, memória, oralidade e escrita.

A divulgação dos resultados serão levados em reunião para a comunidade da Ilha Diana, onde o mesmo poderá ser na forma ainda a ser decidida e viabilizada de acordo com a possibilidade financeira no momento, onde as propostas podem vir a ser no formato de artigo, documentário de vídeo, site, livro e ou exposição de painéis.

O (des)envolvimento que se busca é promover através da preservação do patrimônio cultural material e imaterial não se traduz apenas em fomento a atividades econômicas; leva em conta, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida e na valorização das comunidades receptoras.

8.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, V. (2003). **Narrativas na história oral**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_8d5c06dc86a7c8604dcac1b4244014e8.pdf Acesso em: 24 de Julho de 2019.

BERLIN. **Declaration Transforming Tourism (2017)**. Disponível em: http://www.transforming-tourism.org/fileadmin/baukaesten/sdg/downloads/Berlin_Declaration.pdf. Acesso em: 05 mai. 2018.

CAU/SP. **Patrimônio Histórico Orientação para Serviços Profissionais (2017)**. Disponível em: Acesso em: http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final_publicado.pdf. Acesso em: 17 de junho de 2018.

COSTA, R. História e memória: a importância da preservação e da recordação do passado. In: **SINAIS - Revista Eletrônica - Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, p. 2-15, out. 2007. Disponível em: <https://www.ricardocosta.com/artigo/historia-e-memoria-importancia-da-preservacao-e-da-recordacao-do-passado>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.

- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DAIBERT, André Barcelos Damasceno; SANTANA, Nara Maria Carlos. **Preservar o que é nosso: Memória, Identidade e Nação na indústria do Turismo**. In: IV ANPTUR SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 2009, São Paulo. Anais VI Seminário da Associação Nacional de Pesquisas e Pós-graduação em Turismo: Turismo e Hospitalidade: configuração do campo científico. São Paulo, 2009.
- FREITAS, S. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas. 2002.
- FUNARI, P. P. A.; PINSKY, J. (Org.). **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2004.
- GINZBURG, Carlo. **Da memória à história**, 2013. Disponível em: <https://www.fronteras.com/videos/da-memoria-a-historia>. Acesso em: 27 de janeiro de 2019.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4359772/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.
- ICHIKAWA, E.; SANTOS, L. **Contribuições da história oral à pesquisa organizacional**. In: Godói, C.; Bandeira-de-Melo, R. Silva, A. B. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.
- ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (1999). **Carta Internacional sobre Turismo Cultural. Cidade do México**. Disponível em: http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2018.
- IPHAN. **Desafios contemporâneos para a gestão do patrimônio**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ac/noticias/detalhes/1019/desafios-contemporaneos-para-a-gestao-do-patrimonio>. Acesso em: 17 de maio de 2018.
- LE GOFF, J. 1924. **História e memória**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, L. A. M. **Memória, Rememoração e Lembranças em Maurice Halbwachs**. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, Campus Vitória da Conquista, 2012. Disponível em: <http://www.lettras.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/045.pdf>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

MARCHESINI, R. CRUZ, Renata. Artigo Científico “**Turismo de Base Comunitária em estuário e manguezal: uma alternativa para o pescador artesanal**” Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local e Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.4, p.762, Novembro 2012.

MARCHESINI, R. **Turismo e Planejamento**, Jornal A Tribuna, A2, 26 de fevereiro de 2018.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MTUR. MINISTÉRIO DO TURISMO (BRASIL). **Portaria nº 27, de 30 de janeiro de 2014**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portaria-n-27-de-30-de-janeiro-de-2014.html>>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

NASCIMENTO, D. S.; PEDRO, G. R. **A Comunidade de Pescadores da Ilha Diana**. Disponível em: <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos4713.html?cod=53>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos Históricos, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

RESENDE, M. L. C. et al. **Estrada Real: Um "Lugar de Memória" dos Povos Indígenas**. Tempos Gerais: Revista de Ciências Sociais e História - UFSJ, Número #5, 2014. Disponível em: Acesso em: http://www.causp.gov.br/wp-content/uploads/2017/11/GT-Patrimonio-Final_publicado.pdf. Acesso em: 27 de Janeiro de 2019.

RODRIGUES, Icles. **Qual a diferença entre Memória e História?** Leitura Obriga História, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XRDzvuc4AAU>. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.

SANTOS, A. F. L. Construir, Habitar, Viajar: Reflexões acerca da relação comunicação-turismo comunitário”. In: PANOSSO NETTO, A.; Gaeta, C. (Orgs.), **Turismo de Experiência**. São Paulo: SENAC, 2010.

SOUSA, C. P.; CARDOSO, F. P.; LEAL, A. R. B. R. **Memória Coletiva, Jornal e Tragédia: Vozes em Confronto**. In: Anais do Encontro Nacional de História da Mídia, Ouro Preto (MG), 2013. Disponível em: Acesso em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historia-da-midia-imprensa/memoria-coletiva-jornal-e-tragedia-vozes-em-confronto>. Acesso em: 26 de julho de 2019.

WWF. **Sociedade e Ecoturismo: na trilha do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. Petrópolis, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.